



Relatório e Contas **2021**

A large, stylized, light blue 'C' logo is centered on the page. The 'C' is composed of two concentric, thick-lined curves that do not meet at the top and bottom, creating a central white space. The background is a light beige, textured paper.

Relatório e Contas **2021**

Índice

01.
A Conduril

04

02.
**Relatório
de Gestão**

10



03.
**Demonstrações
Financeiras e Anexo**



04.
**Relatório e Parecer
do Conselho Fiscal**



05.
**Certificação
Legal das
Contas**







01

A Conduril

01

A Conduril - Engenharia, S.A. (adiante designada por Conduril), denominação adotada em 2011, foi fundada em 1959 como uma sociedade por quotas. Em 1970, ocorre a mudança da estrutura acionista da empresa que ditará o seu destino até aos dias de hoje - é adquirida pelos atuais acionistas de referência, que deliberam a sua transformação em sociedade anónima em 1976. Em 1990, as suas ações são admitidas à negociação na Bolsa de Valores do Porto e de Lisboa. Atualmente é uma sociedade aberta cotada em mercado não regulamentado - Euronext Access.

A Conduril desenvolve toda a sua atividade no domínio da Engenharia Civil e almeja ser reconhecida pelo mercado como uma das melhores empresas portuguesas do seu setor, em termos técnicos e económico-financeiros, capaz de com a sua flexibilidade e competência responder aos desafios que enfrenta em qualquer geografia.

A empresa tem sede em Ermesinde, Portugal e internacionalizou a sua atividade nos mercados de Angola (ininterruptamente desde 1990), Moçambique (desde 1997), Marrocos (2004), Botswana (2008), Espanha (2010), Cabo Verde (2011), Senegal (2013), Zâmbia (desde 2013), Malawi (desde 2014), Gabão (desde 2015) e Zimbabué (desde 2019).

A criação duradoura de riqueza para os seus acionistas e a responsabilidade social para com os seus colaboradores continua a ser o seu principal foco. Para sustentar este último vetor, em 1989 foi criado o Fundo de Pensões da Conduril totalmente financiado pela empresa e a aposta na formação e enriquecimento de competências tem sido um estandarte. A este nível destaca-se a criação da Conduril Academy, em 2009 em Angola e a partir de 2016 em Moçambique, o centro de formação profissional do ramo da construção civil e obras públicas e a concessão de bolsas de estudo universitário nestes países.



O compromisso da Conduril passa também pelo cumprimento das maiores e mais rigorosas exigências do processo produtivo, dos cadernos de encargos e sustentabilidade ambiental o qual se encontra certificado pela APCER ao nível da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no trabalho em Portugal, Angola e Moçambique.

A somar a estas certificações, a Conduril possui um laboratório central acreditado pelo IPAC para a realização de diversos ensaios no âmbito dos solos, agregados e betões em Portugal e espera a concessão no curto prazo da certificação ao seu laboratório de Moçambique. Em Portugal, possui ainda o certificado da marcação CE para as misturas betuminosas na sua central Intrame M-150 e para o fabrico de estruturas metálicas (através da empresa Edirio).

A resiliência demonstrada ao longo do tempo só tem sido possível pela força e enraizamento dos princípios e da cultura da Conduril dentro da organização. Neste empenho em garantir a sua perenidade, a empresa tem como principal timoneiro o Conselho de Administração, o qual é presidido pelo *Chairman* e integra outros sete membros, todos com carreiras profissionais desenvolvidas na empresa e que constituem a Comissão Executiva.



ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Crisóstomo Aquino de Barros (Presidente)
Amadeu Augusto Vinhas
Filipa Bastos Pinho Ferreira Lemos

Conselho de Administração

António Luís Amorim Martins (Presidente)
Maria Benedita Andrade de Amorim Martins
Maria Luísa Andrade Amorim Martins
António Baraças Andrade Miragaia
António Emanuel Lemos Catarino
Jorge Lúcio Teixeira de Castro
Miguel José Alves Montenegro de Andrade
Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães

Comissão Executiva

Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (CEO)
Maria Luísa Andrade Amorim Martins (vice-CEO e CFO)
António Baraças Andrade Miragaia
António Emanuel Lemos Catarino
Jorge Lúcio Teixeira de Castro
Miguel José Alves Montenegro de Andrade
Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães

Conselho Fiscal

Júlio Gales Ferreira Pinto (Presidente)
Deolinda Paula Baptista Nunes
Jorge Manuel Silva Tavares
Alberto Luciano Costa Santos Rolo (Suplente)

Revisor Oficial de Contas

Horwath & Associados, SROC, Lda.
Representada por
Ana Raquel B. L. Esperança Sismeiro
João Miguel Neiva de Oliveira Coelho Pires (Suplente)





02

Relatório de Gestão



02

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONDURIL
- ENGENHARIA, S.A., NO CUMPRIMENTO DOS
ESTATUTOS E DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS,
APRESENTA E SUBMETE À APRECIÇÃO DA
ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS O RELATÓRIO
DE GESTÃO, AS CONTAS DO PERÍODO E DEMAIS
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS,
REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2021.**

1.

O ano de 2021 era esperado pelos agentes económicos como o ano da “bonança” após a “tempestade” que o vírus SARS-CoV-2 disseminou sobre a economia mundial. Contudo, a recuperação mostrou-se muito mais lenta do que o inicialmente esperado.

As medidas implementadas pelas autoridades governamentais no combate à pandemia mantiveram ao longo do ano um caráter restritivo e, apesar de a generalidade das economias regressar ao caminho do crescimento, não foi ainda possível fazê-lo ao ritmo que se verificava nos anos anteriores.

TABELA 1. Evolução da taxa de crescimento do produto real

	2022 (PREVISÃO)	2021 (ESTIMATIVA)	2020
Mundo	4,0%	5,5%	-3,4%
Portugal	4,8%	4,2%	-7,5%
Angola	2,4%	0,0%	-4,0%
Moçambique	3,8%	2,1%	-1,3%
Zâmbia	0,9%	1,5%	-3,0%
Malawi	4,0%	2,5%	0,8%
Gabão	3,7%	1,5%	-1,7%
Zimbabué	4,1%	6,3%	-8,0%

Fonte: World Economic Situation and Prospects 2022 – Nações Unidas

Após a contração verificada em 2020, os agentes económicos não estavam preparados para a retoma das transações internacionais o que, juntamente com a manutenção de diversos apoios públicos de incentivo à economia local, levou a que em 2021 as palavras “inflação” e “escassez” tivessem presença assídua no mercado das principais *commodities*.

TABELA 2. Evolução da taxa de inflação

	2022 (PREVISÃO)	2021 (ESTIMATIVA)	2020
Portugal	1,0%	1,0%	-1,0%
Angola	22,3%	25,9%	22,3%
Moçambique	3,5%	2,9%	2,5%
Zâmbia	8,3%	19,9%	15,7%
Malawi	5,3%	5,1%	5,0%
Gabão	2,0%	2,0%	1,2%
Zimbabué	29,9%	84,9%	557,2%

Fonte: World Economic Situation and Prospects 2022 – Nações Unidas

O setor da construção enfrentou dificuldades acrescidas ao longo do ano 2021:

- a escassez de mão de obra foi agravada pelas baixas temporárias dos trabalhadores que foram testando positivo à COVID-19;
- a aquisição de novos equipamentos e elementos de manutenção sofreu diversos atrasos e subidas de preço, devido, em grande medida, à escassez de componentes eletrónicos;
- os principais materiais utilizados no processo produtivo tiveram um severo agravamento dos preços, alguns dos quais mais do que duplicaram;
- e a própria procura manteve um comportamento conservador, adiando, uma vez mais, alguns investimentos há muito anunciados.

2.

Apesar de todos os obstáculos provocados pela pandemia, pelo atraso na implementação das medidas do Plano de Recuperação e Resiliência em Portugal, em grande medida pela não aprovação do orçamento de Estado e consequente processo eleitoral antecipado; pela ausência de novas obras em Angola, onde se espera uma retoma gradual após o processo eleitoral que decorrerá em 2022; e pela inexistência de novos projetos nos países onde se encontra a laborar, 2021 foi um ano de superação para a Conduril. O esforço conjunto do seu capital humano permitiu uma melhoria da generalidade dos seus indicadores financeiros:

INDICADORES	2021	2020	2019
Ativo (€)	382.189.454	386.854.139	385.563.980
Passivo (€)	186.892.964	208.576.165	176.324.270
Capital próprio (€)	195.296.491	178.277.974	209.239.710
Dívida líquida (€)	-4.041.067	11.697.764	-487.178
Volume de negócios (€)	144.821.851	110.964.706	146.741.149
VAB (€)	58.774.773	45.919.661	55.664.544
EBITDA (€)	17.370.648	11.536.107	19.386.158
Resultado líquido do período (€)	5.782.682	1.136.131	2.461.138
Autonomia financeira	51%	46%	54%
Liquidez geral	191%	159%	184%
Rácio de solvabilidade	104%	85%	119%

O volume de negócios da empresa registou um aumento superior a 30% face ao ano anterior, evolução alicerçada na atividade em Portugal que representou 66% da atividade total, com particular contributo de duas das obras de maior envergadura da sua natureza que se encontram em curso em Portugal: a 3.ª expansão do molhe Leste do Porto de Sines e a construção da Barragem do Alto Tâmega.

O EBITDA registou uma melhoria de 50% e o resultado líquido do período assumiu um valor quatro vezes superior ao do período homólogo.

Ao nível da tesouraria, a dívida líquida voltou a apresentar valores negativos, após a situação excepcional verificada em 2020 - muito por força do investimento realizado nesse ano. A este propósito destaca-se o facto de todos os financiamentos obtidos pela Conduril serem considerados no cálculo deste indicador, independentemente da sua maturidade e/ou natureza.

Também de realçar a evolução positiva dos indicadores de autonomia financeira e liquidez que traduzem a preocupação constante da empresa com a sustentabilidade das suas operações.

Ao longo do ano, a Conduril alargou a sua carteira de obras em curso e o seu leque de clientes nas diferentes geografias com a angariação de novas obras em Portugal, Angola, Moçambique e Zâmbia.

Conforme mencionado no relatório do ano anterior, concretizou-se, no início do segundo semestre de 2021, a venda da participação da concessionária e operadora da Subconcessão do Baixo Alentejo. Quanto à Subconcessão do Algarve Litoral, a Conduril mantém a sua participação e convicção de que a decisão do pedido de indemnização que decorre em tribunal arbitral desde 2019 será favorável e terá o seu desfecho ao longo do ano de 2022.



MOÇAMBIQUE

3.

Apesar deste período de forte instabilidade do mercado, a Conduril manteve a sua aposta no reforço da sua capacidade produtiva, culminando o ano de 2021 com um investimento em ativos fixos superior a 9 milhões de euros.

O investimento efetuado ao longo do último triénio, num valor acumulado próximo de 50 milhões de euros, tem permitido uma resposta mais célere e mais eficiente às necessidades das obras e consequentemente dos seus clientes.

4.

Em 2021, a Conduril empregou, em termos médios, 1.975 colaboradores, 32% dos quais em território nacional, os restantes no continente africano, sendo que 7% do total representam trabalhadores deslocados do seu país de residência.

A pandemia de COVID-19 obrigou, por um lado, a que a empresa ficasse limitada nos seus recursos humanos e, por outro, a que não pudesse utilizar a sua capacidade da forma mais eficiente. Contudo, a colaboração entre todos permitiu um aumento da produtividade média *per capita* de 27% face a 2020, refletindo-se esta situação numa melhoria da remuneração média *per capita* superior a 17%.

A preocupação da empresa com o seu quadro de pessoal não se cingiu ao nível remuneratório presente, uma vez que manteve a sustentabilidade e reforço do seu fundo de pensões que apresentava um valor superior a 11,2 milhões de euros no final de 2021 (em 2020, o seu valor era de 10,6 milhões de euros).

5.

Enquadrada na sua política de bom governo da sociedade, a Conduril, consciente da imprescindibilidade de uma adequada gestão de risco, possui uma política interna sólida de identificação, qualificação e mitigação dos riscos que podem ter um impacto negativo na concertação dos seus objetivos.

A gestão do risco na Conduril vai para além da categorização convencional do risco estratégico, financeiro e operacional, pois a empresa sabe que os riscos estão relacionados entre si, manifestam-se em curtos espaços de tempo e podem rapidamente mudar de categoria.

Consciente de que o risco deve ser gerido e não evitado, a empresa tem um departamento afeto à sua gestão. Esta gestão assenta nos seguintes pilares:

- mitigar o risco - através da implementação de controlos e/ou mecanismos que o minimizem;
- transferir o risco - transferindo o risco para outras entidades, sempre que essa transferência se preveja vantajosa no balanceamento da relação custo/benefício;
- aceitação - reconhecendo formalmente a existência do risco e monitorizando o seu impacto na organização.

6.

Numa fase em que a pandemia começou a perder força e a atenção dos agentes económicos se centra na ameaça de uma nova grande guerra começar a ganhar contornos cada vez mais preocupantes, a Conduril está ciente de que 2022 vai ser um ano de grandes desafios:

- com o agravamento generalizado de todas as cadeias logísticas e de fornecimento;
- a tão ansiada estabilização dos preços das principais *commodities* é cada vez mais uma miragem, tendo-se assistido a uma escalada dos mesmos e a um aumento da sua escassez;
- as restrições ao nível da mobilidade e da utilização da capacidade máxima permitida tardam em desaparecer, provocando um constante subaproveitamento da generalidade dos recursos;
- a instabilidade cambial das moedas nos países onde opera não parece dar tréguas;
- o número de concursos públicos nos mercados internacionais continuará exíguo.

Apesar destas adversidades, mantém a sua confiança na continuação de um nível de atividade e rentabilidade próximo do verificado em 2021, atendendo:

- à carteira de encomendas cujo valor total no final de 2021 era superior a 500 milhões de euros;
- ao plano de investimentos previsto para o setor em Portugal, com base no plano de recuperação que deverá começar a ganhar visibilidade no segundo semestre de 2022;
- à retoma gradual esperada no mercado angolano, com particular incidência para o período pós-eleições;
- aos esforços que têm sido desenvolvidos ao longo dos últimos anos e que levarão à expansão da atividade a novos mercados; e
- à confiança que o Conselho de Administração mantém nos seus recursos humanos, que são o principal fator diferenciador da atuação da empresa no mercado.

7.

Outras informações:

a) A Conduril possui sucursais em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Zâmbia, Malawi e Marrocos. A sucursal do Botswana foi encerrada no final do ano 2020 e a sucursal do Gabão foi convertida em subsidiária no 2.º semestre de 2021.

b) Não existem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social.



PORTUGAL

c) O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado e é composto por 2.000.000 de ações ordinárias com valor nominal de 5 euros cada.

d) As 200.000 ações próprias detidas pela empresa não foram objeto de qualquer transação no ano.

e) Os valores mobiliários emitidos pela Conduril - Engenharia, S.A. detidos por titulares do Conselho de Administração mantiveram-se inalterados face ao ano anterior.

f) Os negócios ou operações entre a sociedade ou qualquer entidade por si controlada e membros dos seus órgãos de administração e fiscalização são inexistentes ou assumem a natureza de transações sem especial significado económico para qualquer das partes envolvidas e são realizadas no âmbito da atividade corrente do grupo, em condições normais de mercado para operações similares. Caso existam, os mesmos estarão sujeitos a autorização por deliberação do Conselho de Administração, respeitando o previsto no Código das Sociedades Comerciais.

8.

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do período de 2021, no montante de 5.782.682 euros, apresente a seguinte distribuição:

- Dividendos: 1.800.000 euros, que correspondem a 1,00 euro por ação;
- Outras reservas: 3.982.682 euros.



PORTUGAL

9.

Para terminar o seu relatório, o Conselho de Administração da Conduril deixa um sincero agradecimento a todos os Colaboradores da empresa, aos Clientes, Fornecedores, Instituições Financeiras e restantes elementos dos Órgãos Sociais.

A dedicação, esforço e colaboração de todos foram os elementos principais para que juntos se mantenha o caminho do crescimento sustentável.

Ermesinde, 04 de março de 2022

O Conselho de Administração





03

**Demonstrações
Financeiras e Anexo**

BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Montantes expressos em EURO

	NOTAS	2021	2020
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	3;7	85.851.259	84.234.277
Ativos intangíveis	3;6	5.309.774	5.274.507
Participações financeiras (método de equivalência patrimonial)	3;9	5.235.689	2.257.550
Outros investimentos financeiros	3;9;19	36.473.375	75.786.243
Ativos por impostos diferidos	3;17	4.029.991	5.167.297
Subtotal		136.900.088	172.719.874
ATIVO CORRENTE			
Inventários	3;10	14.277.579	12.923.051
Clientes	3;19	109.993.314	93.258.613
Clientes c/retenções de garantias	3;19	5.538.851	4.966.487
Estado e outros entes públicos	21	19.930.489	15.942.631
Outros créditos a receber	3;21	38.325.398	60.495.934
Diferimentos	3;21	695.646	711.048
Ativos financeiros detidos para negociação	3;19	45.410.058	1.805.766
Ativos não correntes detidos para venda	3;18	-	17.956.097
Caixa e depósitos bancários	3;4	11.118.032	6.074.637
Subtotal		245.289.366	214.134.264
TOTAL DO ATIVO		382.189.454	386.854.139
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito		10.000.000	10.000.000
Ações próprias	3	(950.000)	(950.000)
Reservas legais		3.044.492	3.044.492
Outras reservas		205.676.333	205.080.202
Resultados transitados		1.295.414	989.547
Excedentes de revalorização		1.885.767	2.172.444
Ajustamentos/Outras variações de capital próprio		(31.438.197)	(43.194.843)
Subtotal		189.513.809	177.141.843
Resultado líquido do período		5.782.682	1.136.131
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	3	195.296.491	178.277.974
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	3;13	11.815.566	11.444.368
Financiamentos obtidos	3;8;19	44.708.317	57.301.161
Passivo por impostos diferidos	3;17	1.960.327	5.311.699
Subtotal		58.484.209	74.057.228
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	3	46.323.156	51.943.452
Adiantamentos de clientes	3	24.449.051	34.582.776
Estado e outros entes públicos	21	13.612.266	13.687.719
Financiamentos obtidos	3;8;19	27.659.290	21.588.615
Outras dívidas a pagar	3;21	15.066.504	11.156.134
Diferimentos	3;11;21	1.298.487	1.560.241
Subtotal		128.408.754	134.518.937
TOTAL DO PASSIVO		186.892.964	208.576.165
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		382.189.454	386.854.139

A Administração,

O Contabilista Certificado,

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Montantes expressos em EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2021	2020
Vendas e serviços prestados	3;12;21;22	144.821.851	110.964.706
Subsídios à exploração		-	-
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3;9	852.023	398.199
Variação nos inventários da produção	3;10	-	-
Trabalhos para a própria entidade	3	1.162.027	1.616.003
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(46.893.522)	(30.085.139)
Fornecimentos e serviços externos	21	(52.196.142)	(57.576.514)
Gastos com pessoal	3;20;21	(41.404.125)	(34.383.553)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	3;10	(59.096)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3;19	(1.433.772)	-
Provisões (aumentos/reduções)	3;13	(117.239)	(795.127)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/Reduções de justo valor		-	1.671
Outros rendimentos	14;21	19.287.162	24.124.577
Outros gastos	14;21	(8.258.627)	(3.522.171)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		15.760.540	10.742.651
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3;6;7	(6.633.026)	(4.557.209)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9.127.513	6.185.442
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	3;21	(3.327.466)	(3.258.629)
Resultado antes de impostos		5.800.047	2.926.812
Impostos sobre o rendimento do período	3;17	(17.365)	(1.790.681)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		5.782.682	1.136.131
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) inc. no resultado líquido do período		-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL:			
Detentores do capital da empresa-mãe		5.782.682	1.136.131
Interesses que não controlam		-	-
Subtotal		5.782.682	1.136.131
RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO		3,21	0,63

A Administração,

O Contabilista Certificado,

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		124.121.232	143.496.627
Pagamentos a fornecedores		(112.508.755)	(93.839.044)
Pagamentos ao pessoal		(37.195.127)	(30.422.568)
Caixa gerada pelas operações		(25.582.650)	19.235.015
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		(330.725)	(443.699)
Outros recebimentos/pagamentos		4.918.326	(10.905.462)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)		(20.995.049)	7.885.853
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos fixos tangíveis		(3.939.051)	(8.137.295)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		(31.180)	(42.397)
Outros ativos		-	-
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Ativos fixos tangíveis		1.880	276.594
Investimentos financeiros		20.400.395	-
Outros ativos		-	8.514
Juros e rendimentos similares		4.174.803	2.957.882
Dividendos		41.627	130.743
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		20.648.474	(4.805.958)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		126.890.859	95.446.590
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		(115.929.878)	(96.225.572)
Financiamentos leasings		(4.786.346)	(2.239.729)
Juros e gastos similares		(2.359.054)	(2.516.050)
Dividendos		(540.000)	-
Outras operações de financiamento		-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		3.275.581	(5.534.762)
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		2.929.006	(2.454.867)
Efeito das diferenças de câmbio		2.114.389	(735.335)
Caixa e seus equivalentes no início do período		6.074.637	9.264.839
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	4	11.118.032	6.074.637

A Administração,

O Contabilista Certificado,

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Montantes expressos em EURO

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE											
NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	ACÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSFERIDOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTOS/OUTRAS VARIÁÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
POSIÇÃO EM 01 DE JANEIRO DE 2021	10.000.000	(950.000)	3.044.492	205.080.202	989.547	2.172.444	(43.194.843)	1.136.131	178.277.974	-	178.277.974
Aplicação do resultado do período				1.136.131				(1.136.131)	-		-
Posição em 01 de janeiro de 2021, após aplicação de resultados	10.000.000	(950.000)	3.044.492	206.216.333	989.547	2.172.444	(43.194.843)	-	178.277.974	-	178.277.974
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											-
Alterações de políticas contabilísticas											-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											-
Realização de excedente de revalorização									12.122.037		12.122.037
Excedentes de revalorização					53.157	(53.157)					-
Ajustamentos por impostos diferidos					233.520	(233.520)					-
Aplicação do método da equivalência patrimonial					(124.285)						-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					143.475		(2.071.519)		1.581.842		1.581.842
					305.867	(286.677)	11.756.645		(1.928.045)		(1.928.045)
									11.775.835		11.775.835
Resultado líquido do período								5.782.682	5.782.682		5.782.682
Resultado integral								5.782.682	17.558.517		17.558.517
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Subscrições de capital											-
Subscrições de prémios de emissão											-
Distribuições				(540.000)					(540.000)		(540.000)
Entradas para cobertura de perdas											-
Outras operações											-
									(540.000)		(540.000)
POSIÇÃO NO FIM DE DEZEMBRO DE 2021	3	10.000.000	(950.000)	3.044.492	205.676.333	1.895.767	(31.438.197)	5.782.682	195.296.491	-	195.296.491

A Administração,

O Contabilista Certificado,



03

**ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO
DE 2021**

1. NOTA INTRODUTÓRIA

ATIVIDADE

A Conduril - Engenharia, S.A. (“Conduril” ou “Empresa”) é uma sociedade fundada em 1959 e transformada em sociedade anónima em 1976, com sede social na Av. Eng.º Duarte Pacheco, 1835, 4445-416 Ermesinde - Valongo, tendo como atividade principal empreitadas de engenharia civil e todos os trabalhos que se prendam com o exercício dessa atividade.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

O Conselho de Administração irá manter o acompanhamento de todos os desenvolvimentos relacionados com a situação económica nacional e internacional, designadamente a guerra na Ucrânia. É expectável que este acontecimento tenha um impacto negativo no atual enquadramento económico, que se perspectiva de elevada incerteza e rápida evolução, pelo que não é possível estimar com razoável grau de confiança os eventuais impactos, se alguns, na atividade da Empresa. De acordo com as normas contabilísticas, estes eventos, ocorridos após a data do balanço, foram considerados eventos subsequentes não ajustáveis.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas encontram-se arquivadas na sede da Empresa.

Todos os montantes expressos nestas notas são apresentados em euros com arredondamento à unidade.

COVID-19

O surto de COVID-19 foi classificado como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, tendo sido declarado estado de emergência em Portugal em 18 de março de 2020 e a partir dessa data em todos os países onde atuamos. Vive-se, assim, nos últimos meses um contexto de grande incerteza, causada direta e indiretamente pela pandemia de COVID-19. Desde o seu início que a Conduril tem vindo a acompanhar de perto todos os desenvolvimentos relacionados com a doença, implementando de forma prudente as medidas que considera adequadas em função das recomendações emanadas pelas autoridades internacionais relevantes e pelos organismos competentes dos países em que opera. O impacto da pandemia na atividade da Empresa foi sentido, essencialmente, ao nível de algumas paragens/suspensões de produção, em consequência das restrições impostas ao nível das deslocações e confinamentos, assim como nos encargos associados às medidas necessárias tomadas no âmbito da segurança no trabalho. Adicionalmente, a Empresa, em 2020, aderiu a planos de moratória em alguns financiamentos bancários ao abrigo dos planos de apoio económico de combate aos impactos económico-sociais da pandemia provocada pela doença COVID-19. Ainda nos encontramos num contexto de alguma incerteza quanto ao futuro, apesar de assistimos atualmente ao levantar gradual das restrições que foram decretadas.

A Administração da Conduril garantiu a elaboração dos planos de ação de contingência e de prevenção considerados necessários e adequados, de forma a antecipar e mitigar os efeitos adversos e os impactos económicos e financeiros nas suas atividades. Estes planos têm sido constantemente revistos e atualizados, tendo em conta a evolução da pandemia e dos seus efeitos em cada uma das geografias em que a Conduril está presente. Tendo em conta os factos ocorridos até ao momento, e apesar de ainda subsistir incerteza quanto aos impactos futuros da pandemia, não se estima que estes possam colocar em causa a continuidade das operações da Conduril.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-lei n.º 98/2015, de 02 de junho (Sistema de Normalização Contabilística);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

Estas demonstrações financeiras refletem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, estas demonstrações financeiras não incluem o efeito da consolidação integral ao nível de ativos, passivos, rendimentos e gastos. A Empresa prepara e apresenta demonstrações financeiras consolidadas, em separado.

2.2. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As quantias apresentadas para efeitos comparativos são comparáveis e estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais referidos no ponto anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa, suas subsidiárias e associadas operarem em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponíveis sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente direitos de superfície e programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em utilização, pelo método da linha reta, durante um período de 60 e de 6 anos, respetivamente.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente às quais seja provável que o seu ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

B. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 01 de janeiro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta, numa base anual.

As taxas de depreciação utilizadas no presente período correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	ANOS
Edifícios e outras construções	4 - 50
Equipamento básico	3 - 30
Equipamento de transporte	4 - 12
Equipamento administrativo	3 - 25
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 20

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos no período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que estes originem benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção ou em trânsito, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

C. GOODWILL

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis das subsidiárias à data da aquisição.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias e associadas e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando negativas, são reconhecidas como rendimentos na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

À data do balanço, é efetuada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor contabilístico do *goodwill* exceda o seu valor recuperável. O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para a Empresa. As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* não são reversíveis.

D. LOCAÇÕES

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação em que a Empresa age como locatário são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, quando através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

De acordo com o método financeiro, o custo do ativo é registado como um ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor das rendas e a reintegração do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

E. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os investimentos financeiros em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido ao valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das subsidiárias e associadas por contrapartida de rendimentos ou gastos do período. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica “Ajustamentos em ativos financeiros”. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de financiamentos concedidos, ao valor nominal (não existem situações onde o valor nominal difere do justo valor na data de aquisição). É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto as perdas por imparidade que se demonstrarem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

F. INTEGRAÇÃO DE SUCURSAIS

A informação contabilística das sucursais onde a Empresa desenvolve a sua atividade, designadamente em Angola, Moçambique, Marrocos, Cabo Verde, Zâmbia, Malawi e Gabão (a partir de 01 de julho de 2021, a sucursal do Gabão foi transformada em sociedade anónima, pelo que integra as empresas subsidiárias), é integrada mensalmente na contabilidade. Os saldos e transações ocorridos no período entre a sede e as sucursais são anulados.

Quando a moeda funcional da sucursal é diferente da moeda de relato da Empresa, o processo de integração é realizado através da transposição de todas as variações de ativos e passivos, rendimentos e gastos à taxa de câmbio em vigor na data de cada integração mensal. Na data de relato são apuradas as diferenças de câmbio decorrentes dos ativos e passivos monetários, sendo as mesmas registadas mensalmente como variações de capitais próprios.

Na informação contabilística das sucursais são utilizadas, fundamentalmente, as políticas contabilísticas em vigor em Portugal. Para garantir a uniformidade das políticas contabilísticas, sempre que o normativo local seja divergente do normativo em vigor em Portugal, são efetuados os devidos ajustamentos.

G. IMPARIDADE DOS ATIVOS NÃO CORRENTES (EXCETO GOODWILL)

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada período.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)". A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida se tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

H. GASTOS DE FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os encargos financeiros com financiamentos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime do acréscimo, mesmo nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que poderiam ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

I. INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico) ou ao preço de mercado no caso de este ser inferior. Por preço de mercado, entende-se o valor realizável líquido.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição, reconhecem-se perdas por imparidade.

J. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

i. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)”, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. Não existem situações onde o valor nominal difere do justo valor e, portanto, que a dívida devesse ser mensurada utilizando o método do juro efetivo.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

ii. Financiamentos

Os financiamentos são registados no passivo pelo seu custo amortizado. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

Não existem situações onde a aplicação do método do custo amortizado tenha um impacto materialmente relevante na mensuração, quando comparado com o valor nominal.

iii. Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal, sendo o efeito da utilização do método do juro efetivo considerado imaterial.

iv. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumam.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe a obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos gastos de transação incorridos, e subseqüentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos gastos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

v. Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os rendimentos e perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados na rubrica “Outras reservas”, não afetando o resultado do período.

vi. Letras descontadas e contas a receber cedidas em *factoring*

A Empresa desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais ativos já tiver expirado, ou quando a Empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se a Empresa reter substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, registando no passivo na rubrica “Financiamentos obtidos” a contrapartida monetária pelos ativos cedidos.

Conseqüentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em *factoring* à data de cada balanço, com exceção das operações de “*Factoring sem recurso*”, são reconhecidas nas demonstrações financeiras da Empresa, no passivo, até ao momento do seu recebimento.

vii. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

K. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da Empresa; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Empresa. A Empresa não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras, apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para a Empresa forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

L. PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber”, “Outras dívidas a pagar” ou “Diferimentos”.

M. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável da Empresa, de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data do balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com exceção do *goodwill*, não dedutível para efeitos fiscais), das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

N. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se o respetivo valor de balanço for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor entre a quantia escriturada e o respetivo justo valor deduzido dos gastos expectáveis com a sua venda.

O. SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS OU DE OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração, são registados na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos são registados no balanço como “Outras variações no capital próprio” e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados, em cada período.

P. COMPLEMENTOS DE REFORMA

A Empresa assumiu compromissos de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez. Para cobrir essas responsabilidades a Empresa criou um Fundo de Pensões de benefício definido em 1989, exclusivo para os seus funcionários, cujos encargos anuais, determinados de acordo com cálculos atuariais, são registados em conformidade com a NCRF 28 - “Benefícios dos empregados”.

As responsabilidades atuariais são calculadas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”, utilizando os pressupostos atuariais e financeiros considerados adequados.

Q. RÉDITO

A Empresa reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com a NCRF 19 - “Contratos de construção”, pelo método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os gastos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses gastos com os gastos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos rendimentos estimados e os valores faturados são incluídos nas rubricas “Outros créditos a receber” e “Diferimentos”.

As variações verificadas nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do período quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de gastos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia das obras, a Empresa reconhece anualmente um passivo para cumprir tal obrigação legal, o qual é apurado tendo em conta o volume de produção anual e o historial de gastos incorridos no passado com as obras em período de garantia. Quando é provável que os gastos totais previstos no contrato de construção excedam os rendimentos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados do período.

Os dividendos de participações registadas ao custo são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

R. GASTOS COM A PREPARAÇÃO DE PROPOSTAS

Os gastos incorridos com a preparação de propostas para concursos diversos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que são incorridos.

S. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Os trabalhos para a própria entidade correspondem a obras de construção e beneficiação, executadas pela própria Empresa, bem como a grandes reparações de equipamentos e incluem gastos com materiais, mão de obra direta e gastos gerais.

Tais gastos são objeto de capitalização apenas quando preenchidos os seguintes requisitos:

- Os ativos desenvolvidos são identificáveis;
- Existe forte probabilidade de os ativos virem a gerar benefícios económicos futuros; e
- São mensuráveis de forma fiável.

T. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

U. JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras, foi baseada no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 incluem:

- Vidas úteis dos ativos tangíveis;
- Registo de provisões e perdas por imparidade;
- Reconhecimento de réditos de obras em curso;
- Reconhecimento do valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma; e
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCRF 4.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

A. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas.

B. MOEDA ESTRANGEIRA

No reconhecimento inicial, as transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período. Os itens não monetários que sejam mensurados ao custo histórico numa moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

As diferenças cambiais associadas a contas a receber/pagar cuja maturidade não se encontre definida, são registadas na demonstração dos resultados do período quando tais contas a receber/pagar forem depreciadas/alienadas/liquidadas. As demonstrações financeiras de empresas participadas e sucursais expressas em moeda estrangeira são convertidas para euro.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

MOEDA	MOEDA DE CONVERSÃO	2021		2020	
		31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO	31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO
Dólar Americano	Euro	0,88290	n/a	0,81493	n/a
Dirham Marroquino	Euro	0,09509	0,09398	0,09145	0,09220
Pula Botswana	Euro	n/a	n/a	0,07540	0,07601
Metical Moçambicano	Euro	0,01383	0,01298	0,01087	0,01242
Escudo Cabo Verdiano	Euro	0,00907	0,00907	0,00907	0,00907
Franco CFA	Euro	0,00152	0,00152	0,00152	0,00152
Kwacha Zâmbia	Euro	0,05296	0,04287	0,03852	0,04667
Kwacha Malawi	Euro	0,00108	0,00106	0,00105	0,00117
Kwanza Angolano	Euro	0,00157	0,00135	0,00125	0,00146
Rand Sul Africano	Euro	0,05559	n/a	0,05549	n/a
Dólar Namibiano	Euro	0,05521	n/a	0,05427	n/a
Dólar Zimbabuano	Euro	0,00812	0,00946	0,00995	0,01568

3.3. Juízos de valor sobre o processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.5. Principais fontes de incerteza

A presente nota faz referência aos principais pressupostos adotados em relação ao futuro na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

A. IMPARIDADE DOS ATIVOS

A determinação da imparidade dos ativos requer a estimativa do valor presente dos *cash flows* futuros associados a esse ativo. Neste cálculo são adotados pressupostos que se baseiam na experiência passada da Empresa, bem como nas expectativas futuras. A Empresa considera existir um risco controlado destes pressupostos não se verificarem.

B. VIDAS ÚTEIS DOS ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

As vidas úteis estimadas dos ativos tangíveis e intangíveis são revistas em cada data de relato. As vidas úteis dos ativos dependem de diversos fatores relacionados quer com a utilização dos mesmos, quer com a sua localização.

C. RÉDITO E CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

O rédito dos contratos de construção em curso é reconhecido com base no método da percentagem de acabamento do contrato. A fase de acabamento traduz-se numa estimativa relevante que assenta na previsão dos gastos a incorrer até à conclusão do contrato. Este processo é assente em análises técnicas efetuadas por técnicos.

D. PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

As provisões são reconhecidas após análise dos técnicos de forma a apurar a existência de uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, um provável exfluxo de recursos. Esta estimativa é igualmente suportada com base na opinião dos advogados e consultores da Empresa.

E. RECONHECIMENTO DO VALOR PRESENTE DAS RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA

As responsabilidades com pensões de reforma são estimadas com base em avaliações atuariais efetuadas por peritos externos. No apuramento da responsabilidade são incluídos pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade, invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros.

Face ao exposto, não são antecipadas alterações relevantes às estimativas efetuadas e, conseqüentemente, não são esperadas variações materiais nos ativos e passivos registados com base nessas estimativas.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. Comentário da administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O valor do saldo de “Caixa e seus equivalentes” encontra-se totalmente disponível.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica “Caixa e depósitos bancários”

O saldo de caixa e de depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	225.785	20.163
Depósitos à ordem	5.338.540	5.122.090
Depósitos a prazo	5.553.707	932.384
TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	11.118.032	6.074.637

5. PARTES RELACIONADAS

5.1. Remunerações do pessoal chave da gestão

A. Total de remunerações: 1.296.622 euros (2020: 1.288.695 euros).

5.2. Transações entre partes relacionadas

A. Natureza do relacionamento das partes relacionadas:

	PAÍS	% DIRETA	% TOTAL
SUCURSAIS:			
Angola	-	-	-
Moçambique	-	-	-
Marrocos	-	-	-
Cabo Verde	-	-	-
Zâmbia	-	-	-
Malawi	-	-	-
Gabão*	-	-	-
SUBSIDIÁRIAS:			
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Edirio - Construções, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Métis Engenharia, Lda.	Angola	99,00	99,00
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	Moçambique	100,00	100,00
Urano, Lda.	Angola	99,00	99,00
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Esquério - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	Zimbabué	100,00	100,00
Conduril Engenharia Gabon, S.A.*	Gabão	100,00	100,00
ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS:			
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Marrocos	50,00	50,00
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Portugal	16,67	16,67
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Portugal	17,86	17,86
UTE Alcântara - Garrovillas	Espanha	15,00	15,00
ASSOCIADAS:			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	Portugal	21,64	23,64
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	Portugal	33,33	33,33
PESSOAL CHAVE DA GESTÃO:			
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:			
Eng.º António Luís Amorim Martins (Presidente) - <i>Chairman</i>			
Eng.ª Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (Presidente da Comissão Executiva) - CEO			
Dr.ª Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes (Vice-presidente da Comissão Executiva)			
Eng.º António Baraças Andrade Miragaia			
Eng.º António Emanuel Lemos Catarino			
Eng.º Jorge Lúcio Teixeira Castro			
Eng.º Miguel José Alves Montenegro Andrade			
Eng.º Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães			
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:			
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	Portugal	-	-
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	Portugal	-	-
Mugige Vinhos, Lda.	Angola	-	-

*Em 01 de julho de 2021, a sucursal do Gabão foi transformada em empresa subsidiária.

B. Transações e saldos pendentes:

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa apresentou as seguintes transações e saldos face a entidades relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2021:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	PROVISÕES
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:				
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	7.201.250	-	-	6.306.770
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	1.656.649	100.966	-	515.821
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	829.542	-	-	-
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	341.654	24.462	-	-
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	757.894	338.373	-	517.665
	10.786.989	463.801	-	7.340.256
SUBSIDIÁRIAS:				
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	3.094.046	-	336.000	638.087
Edirio - Construções, S.A.	4.697.351	592.980	854.268	-
Métis Engenharia, Lda.	7.403.187	7.320.382	-	-
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	7.357.811	5.891.320	-	-
Urano, Lda.	2.383.573	3.084.742	-	-
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	955.329	241.518	-	-
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	77.540	110.354	-	-
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	670.518	584.555	-	-
Conduril Engenharia Gabon, S.A.	4.850.047	1.228.576	-	254.218
	31.489.402	19.054.427	1.190.268	892.305
ASSOCIADAS:				
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	11.412.786	-	40.000	-
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	-	-	-	10.410
	11.412.786	-	40.000	10.410
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:				
UTE Alcântara - Garrovillas	1.219.788	-	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	28.227	195.596	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. - Sucursal Angola	332.375	255.223	-	-
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	-	13.369	-	-
Mugige Vinhos, Lda.	3.882.672	-	-	-
	5.463.062	464.188	-	-

PARTES RELACIONADAS	RENDIMENTOS	GASTOS
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:		
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	-	-
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	-	-
	-	-
SUBSIDIÁRIAS:		
Edirio - Construções, S.A.	162.549	925.685
Métis Engenharia, Lda.	147.998	218.140
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	977.309	616.928
Urano, Lda.	45.658	1.263.760
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	560.795	-
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	17.645	228.579
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	10.925	271.68
Conduril Engenharia Gabon, S.A.	1.523.548	-
	3.446.427	3.280.260
ASSOCIADAS:		
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	-
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	-	-
	-	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:		
UTE Alcântara - Garrovillas	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	78.265	478.165
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. - Sucursal Angola	195.654	192.064
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	-	279.765
Mugige Vinhos, Lda.	-	92.509
	273.919	1.042.503

Os financiamentos concedidos a partes relacionadas, registados em outros investimentos financeiros, encontram-se discriminados na Nota 9.2.

Em 31 de dezembro de 2020:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	PROVISÕES
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:				
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	7.173.538	-	-	6.265.664
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	1.641.066	100.966	-	518.428
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	828.711	-	-	-
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	362.450	24.462	-	6.226
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	757.894	338.373	-	544.192
	10.763.659	463.801	-	7.334.510
SUBSIDIÁRIAS:				
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	5.898.752	-	336.000	497.963
Edirio - Construções, S.A.	4.153.260	3.276.797	437.960	-
Métis Engenharia, Lda.	8.889.780	8.046.567	-	-
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	7.625.539	5.980.694	-	-
Urano, Lda.	2.389.461	2.254.331	-	-
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	330.292	241.518	-	-
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	55.745	96.130	-	-
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	1.538.618	-	-	-
	30.881.447	19.896.037	773.960	497.963
ASSOCIADAS:				
SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	17.408.516	-	20.000	-
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	11.412.786	-	20.000	-
	28.821.302	-	40.000	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:				
UTE Alcántara - Garrovillas	1.220.412	-	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	1.530	529.806	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. - Sucursal Angola	70.496	-	-	-
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	-	18.717	-	-
Mugige Vinhos, Lda.	3.087.317	-	-	-
	4.379.755	548.523	-	-

PARTES RELACIONADAS	RENDIMENTOS	GASTOS
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:		
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	27.074	-
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	-	-
	27.074	-
SUBSIDIÁRIAS:		
Edirio - Construções, S.A.	476.080	1.776.313
Métis Engenharia, Lda.	431.258	934.459
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	820.140	765.187
Urano, Lda.	63.861	1.151.058
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	5.525	-
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	22.965	216.931
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	114.792	-
	1.934.621	4.843.948
ASSOCIADAS:		
SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	-	-
Planestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	-	-
	-	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:		
UTE Alcântara - Garrovillas	624	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	141.946	2.019.544
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. - Sucursal Angola	234.556	65.700
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	-	205.294
Mugige Vinhos, Lda.	1.922.415	21.872
	2.299.541	2.312.410

Os financiamentos concedidos a partes relacionadas, registados em outros investimentos financeiros, encontram-se discriminados na Nota 9.2.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

6.1. Divulgações, para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

A. As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias para cada rubrica:

ATIVOS INTANGÍVEIS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Investigação e desenvolvimento	6	16,67%
Programas de computador	6	16,67%
Direitos de superfície	60	1,66%
Outros ativos intangíveis	6	16,67%

B. Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método da linha reta, tendo por base a respetiva vida útil esperada.

C. Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição:

ATIVOS INTANGÍVEIS	31.12.2021		31.12.2020	
	ATIVO BRUTO	AMORT. E PERDAS POR IMPARIDADE	ATIVO BRUTO	AMORT. E PERDAS POR IMPARIDADE
Investigação e desenvolvimento	27.740	6.194	27.740	1.571
Programas de computador	149.860	104.308	107.312	96.528
Propriedade industrial	47.121	-	47.121	-
Direitos de superfície	5.829.975	634.420	5.814.545	624.112
Outros ativos intangíveis	2.006	2.006	2.006	2.006
TOTAL	6.056.702	746.928	5.998.724	724.217

D. O valor das amortizações relativo a ativos intangíveis incluído na rubrica da demonstração dos resultados “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” ascende a:

AMORTIZAÇÕES DO PERÍODO - OUTROS	31.12.2021	31.12.2020
Investigação e desenvolvimento	4.623	1.571
Programas de computador	7.677	1.669
Direitos de superfície	8.589	8.979
TOTAL	20.889	12.219

E. Os movimentos na rubrica “Ativos intangíveis” durante 2021 e 2020 são os que se seguem:

	2021					
	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	DIREITOS DE SUPERFÍCIE	SOFTWARE	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS AT. INTANGÍVEIS	TOTAL
ATIVO BRUTO:						
Saldo em 31.12.2020	27.740	5.814.545	107.312	47.121	2.006	5.998.724
Adições	-	15.430	46.548	-	-	61.978
Transf. e abates	-	-	(4.000)	-	-	(4.000)
Saldo em 31.12.2021	27.740	5.829.975	149.860	47.121	2.006	6.056.702
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:						
Saldo em 31.12.2020	1.571	624.112	96.528	-	2.006	724.217
Adições	4.623	8.589	7.677	-	-	20.889
Outros	-	1.719	103	-	-	1.822
Saldo em 31.12.2021	6.194	634.420	104.308	-	2.006	746.928
VALOR LÍQUIDO	21.546	5.195.555	45.552	47.121	-	5.309.774

	2020					
	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	DIREITOS DE SUPERFÍCIE	SOFTWARE	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS AT. INTANGÍVEIS	TOTAL
ATIVO BRUTO:						
Saldo em 31.12.2019	-	5.814.545	100.862	47.121	2.006	5.964.534
Adições	27.740	-	6.450	-	-	34.190
Transf. e abates	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2020	27.740	5.814.545	107.312	47.121	2.006	5.998.724
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:						
Saldo em 31.12.2019	-	615.133	89.295	-	2.006	706.434
Adições	1.571	8.979	1.669	-	-	12.219
Transf. e abates	-	-	5.564	-	-	5.564
Saldo em 31.12.2020	1.571	624.112	96.528	-	2.006	724.217
VALOR LÍQUIDO	26.169	5.190.433	10.784	47.121	-	5.274.507

7. ATIVOS TANGÍVEIS

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

A. Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

B. Método de depreciação usado:

A Empresa amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

C. Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias para cada rubrica:

ATIVOS TANGÍVEIS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	4 - 50	2% - 25%
Equipamento básico	3 - 30	3,33% - 33,33%
Equipamento de transporte	4 - 12	8,33% - 25%
Equipamento administrativo	3 - 25	4% - 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 20	5% - 25%

D/E. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

	2021							TOTAL
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2020	2.622.286	26.449.497	106.442.277	26.809.596	2.109.938	1.681.826	20.217.515	186.332.935
Adições	799.399	687.053	4.230.327	1.884.885	138.436	60.213	1.503.913	9.304.226
Alienações	-	-	(1.293.235)	(231.887)	-	-	-	(1.525.122)
Transf. e abates	(27.212)	3.077.624	(1.147.962)	(762.777)	(83.288)	(46.392)	(3.716.561)	(2.706.568)
Saldo em 31.12.2021	3.394.473	30.214.174	108.231.407	27.699.817	2.165.086	1.695.647	18.004.867	191.405.471
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2020	-	17.630.367	62.395.540	19.220.508	1.716.543	1.135.700	-	102.098.658
Adições	-	754.610	4.629.088	1.029.825	76.171	122.443	-	6.612.137
Alienações	-	-	(1.090.110)	(216.615)	-	-	-	(1.306.725)
Transf. e abates	-	(142.554)	(906.780)	(693.637)	(64.644)	(42.243)	-	(1.849.858)
Saldo em 31.12.2021	-	18.242.423	65.027.738	19.340.081	1.728.070	1.215.900	-	105.554.212
VALOR LÍQUIDO	3.394.473	11.971.751	43.203.669	8.359.736	437.016	479.747	18.004.867	85.851.259

	2020							
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2019	2.622.286	25.456.405	84.209.149	23.444.616	1.998.671	1.515.708	18.560.201	157.807.036
Adições	-	1.027.427	25.644.881	3.539.280	117.664	175.743	1.657.629	32.162.625
Alienações	-	(34.335)	(3.379.868)	(168.244)	(6.397)	-	-	(3.588.844)
Transf. e abates	-	-	(31.885)	(6.056)	-	(9.625)	(315)	(47.882)
Saldo em 31.12.2020	2.622.286	26.449.497	106.442.277	26.809.596	2.109.938	1.681.826	20.217.515	186.332.935
DEPRECIACÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2019	-	17.111.479	62.361.007	18.614.844	1.665.086	1.003.447	-	100.755.863
Adições	-	523.352	3.109.124	729.929	47.365	135.220	-	4.544.991
Alienações	-	(4.464)	(3.043.920)	(127.603)	(3.247)	-	-	(3.179.233)
Transf. e abates	-	-	(30.671)	3.338	7.339	(2.967)	-	(22.961)
Saldo em 31.12.2020	-	17.630.367	62.395.540	19.220.508	1.716.543	1.135.700	-	102.098.658
VALOR LÍQUIDO	2.622.286	8.819.130	44.046.737	7.589.088	393.395	546.126	20.217.515	84.234.277

7.2. Quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de ativos fixos durante a sua construção

ATIVOS TANGÍVEIS	DISPÊNDIOS RECONHECIDOS DURANTE A CONSTRUÇÃO	
	31.12.2021	31.12.2020
Edifícios e outras construções	1.278.300	1.653.799
Equipamento básico	225.613	3.830
Equipamento de transporte	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-
TOTAL	1.503.913	1.657.629

7.3. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período

ATIVOS TANGÍVEIS	DEPRECIACÃO RECONHECIDA NOS RESULTADOS	
	31.12.2021	31.12.2020
Edifícios e outras construções	754.610	523.352
Equipamento básico	4.629.088	3.109.124
Equipamento de transporte	1.029.825	729.929
Equipamento administrativo	76.171	47.365
Outros ativos fixos tangíveis	122.443	135.220
TOTAL	6.612.137	4.544.990

7.4. Depreciação acumulada no final do período

ATIVOS TANGÍVEIS	DEPRECIACÃO ACUMULADA	
	31.12.2021	31.12.2020
Edifícios e outras construções	18.242.423	17.630.367
Equipamento básico	65.027.738	62.395.540
Equipamento de transporte	19.340.081	19.220.508
Equipamento administrativo	1.728.070	1.716.543
Outros ativos fixos tangíveis	1.215.900	1.135.700
TOTAL	105.554.212	102.098.658

7.5. Itens do ativo fixo em curso

Os valores mais significativos incluídos na rubrica “Investimentos em curso”, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, referem-se aos seguintes projetos:

ATIVOS TANGÍVEIS	31.12.2021	31.12.2020
Edifícios e outras construções	18.001.037	20.213.685
Equipamento básico	-	-
Equipamento de transporte	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	3.830	3.830
TOTAL	18.004.867	20.217.515

7.6. Ativos fixos tangíveis por localização geográfica

31.12.2021	ATIVO BRUTO	DEPRECIACÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	80.420.447	37.241.124	43.179.323
Angola	82.893.360	51.489.753	31.403.607
Moçambique	12.080.154	6.179.608	5.900.546
Marrocos	60.664	60.664	-
Cabo Verde	4.476	2.834	1.642
Zâmbia	11.205.183	8.285.547	2.919.636
Malawi	4.741.187	2.294.682	2.446.505
TOTAL	191.405.471	105.554.212	85.851.259

31.12.2020	ATIVO BRUTO	DEPRECIACÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	76.093.805	34.029.933	42.063.872
Angola	82.576.836	51.146.484	31.430.352
Moçambique	11.501.338	5.662.673	5.838.665
Marrocos	68.482	68.482	-
Botswana	60.163	60.163	-
Cabo Verde	4.476	2.834	1.642
Zâmbia	11.150.762	8.250.114	2.900.648
Malawi	3.405.430	1.661.812	1.743.618
Gabão	1.471.643	1.216.163	255.480
TOTAL	186.332.935	102.098.658	84.234.277

8. LOCAÇÕES

8.1. Locações financeiras - Locatários

A. Quantia escriturada líquida para cada categoria de ativo à data de 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31.12.2021	31.12.2020
Edifícios e outras construções	141.750	151.875
Equipamento básico	17.786.499	17.255.608
Equipamento de transporte	5.546.806	4.990.923
TOTAL	23.475.055	22.398.406

B. Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de 31 de dezembro de 2021 e 2020 e o seu valor presente:

	31.12.2021	31.12.2020
Pagamentos mínimos até 1 ano	6.009.448	5.366.152
Pagamentos mínimos mais de 1 ano e não mais de 5 anos	15.142.882	17.568.642
Pagamentos mínimos mais do que 5 anos	-	-
Total de pagamentos mínimos	21.152.330	22.934.794
Pagamento de juros futuros	437.818	465.950
VALOR PRESENTE DAS RESPONSABILIDADES	20.714.512	22.468.844

C. Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço e o seu valor presente:

	PAGAMENTOS MÍNIMOS		VALOR PRESENTE	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Não mais de 1 ano	6.009.448	5.366.152	5.793.336	5.168.492
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	15.142.882	17.568.642	14.921.176	17.300.352
Mais do que 5 anos	-	-	-	-
TOTAL	21.152.330	22.934.794	20.714.512	22.468.844

9. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

9.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica “Participações financeiras - método da equivalência patrimonial”

	31.12.2021	31.12.2020
Subsidiárias	4.598.749	2.257.550
Entidades conjuntamente controladas	142.699	-
Associadas	494.241	-
TOTAL	5.235.689	2.257.550

9.2. Empresas subsidiárias

A. Listagem e descrição das empresas subsidiárias:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	MÉTODO UTILIZADO
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial
Edirio - Construções, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial
Métis Engenharia, Lda.	99,00%	Equivalência patrimonial
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	100,00%	Equivalência patrimonial
Urano, Lda.	99,00%	Equivalência patrimonial
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	100,00%	Equivalência patrimonial
Conduril Engenharia Gabon, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial

B. Quantia escriturada e dados sobre as entidades:

31.12.2021 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	-	2.121.465	(638.087)	(140.124)
Edirio - Construções, S.A.	-	5.378.438	358.232	(416.308)
Métis Engenharia, Lda.	2.265.987	9.870.417	5.338.785	148.940
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	948.092	17.435.062	914.214	410.233
Urano, Lda.	860.658	4.136.495	2.128.474	9.683
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	347.039	2.795.852	429.039	67.441
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	60.621	199.772	60.621	26.268
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	116.352	799.510	116.352	(5.542)
Conduril Engenharia Gabon, S.A.*	-	9.674.675	(254.218)	(995.272)
TOTAL	4.598.749			

* A empresa subsidiária Conduril Engenharia Gabon, S.A. resultou da transformação da sucursal do Gabão em 01 de julho de 2021.

31.12.2020 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	-	5.065.709	(497.963)	(2.378)
Edirio - Construções, S.A.	-	4.697.145	274.540	(206.651)
Métis Engenharia, Lda.	1.051.152	10.309.482	4.111.668	270.258
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	357.095	13.651.575	357.097	(55.762)
Urano, Lda.	407.910	3.749.890	1.657.293	221.267
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	279.598	1.214.598	361.598	5.503
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	34.353	165.219	34.353	(16.722)
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	127.442	2.571.816	127.442	360.402
TOTAL	2.257.550			

Relacionado com estas participações encontram-se registados, em dezembro de 2021, na rubrica “Outros investimentos financeiros”, os seguintes montantes relativos a financiamentos concedidos:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	336.000	336.000
Edirio - Construções, S.A.	1.212.500	854.268
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	15.354	-
Métis Engenharia, Lda.	3.049.838	-
Urano, Lda.	1.259.118	-
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	82.000	-
TOTAL	5.954.810	1.190.268

9.3. Empreendimentos conjuntos

A. Listagem e descrição de interesses em empreendimentos conjuntos significativos:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	TIPO DE EMPREENDIMENTO	OUTROS PARTICIPANTES
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Jaime Ribeiro e Filhos
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Tecnovia
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Tecnovia

B. Proporção do interesse de propriedade detido e dados sobre as entidades:

31.12.2021 DENOMINAÇÃO SOCIAL	PROPORÇÃO DO INTERESSE DETIDO	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	33,33%	-	12.721.238	(18.622.156)	300.046
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	33,33%	-	n/d	n/d	n/d
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	50%	-	8.818.385	(1.036.855)	(42.050)
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	16,67%	142.699	3.527.907	856.022	677.873
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	17,86%	-	752.699	(2.571.629)	475.549
TOTAL		142.699			

31.12.2020 DENOMINAÇÃO SOCIAL	PROPORÇÃO DO INTERESSE DETIDO	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Condúril - Construção, ACE	33,33%	-	12.407.607	(18.798.872)	135.332
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	33,33%	-	n/d	n/d	n/d
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	50%	-	8.818.385	(1.036.855)	(42.050)
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	16,67%	-	3.872.077	(37.350)	(281.328)
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	17,86%	-	1.327.837	(3.046.988)	(800.748)
TOTAL		-			

À data de preparação das demonstrações financeiras não se encontravam disponíveis as demonstrações financeiras do agrupamento Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE. Esta entidade não tem atividade relevante, pelo que o Conselho de Administração considera que não existem impactos relevantes relacionados com esta participação.

C. Método usado no reconhecimento dos interesses em empreendimentos conjuntos:

Os interesses em empresas conjuntamente controladas foram reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo método da equivalência patrimonial, desde a data em que o controlo é partilhado. De acordo com este método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo sendo a quantia escriturada ajustada pelo valor correspondente à proporção detida nos resultados líquidos, pelos dividendos recebidos e variação do capital próprio.

9.4. Associadas

A. Listagem e descrição das associadas:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	PARTICIPAÇÃO	MÉTODO UTILIZADO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	23,64%	Equivalência patrimonial
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	33,33%	Equivalência patrimonial

B. Quantia escriturada e dados sobre as entidades:

31.12.2021 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	175.122.964	(10.799.807)	(17.224.738)
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	494.241	5.292.084	1.482.870	1.343.528
TOTAL	494.241			

31.12.2020 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	172.507.587	(13.076.916)	(14.144.068)
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	-	2.324.331	(31.233)	(662.054)
TOTAL	-			

Relacionado com as participações em associadas encontram-se registados, em dezembro de 2021, na rubrica “Outros investimentos financeiros”, os seguintes montantes relativos a financiamentos concedidos:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	11.412.786	40.000
TOTAL	11.412.786	40.000

9.5. Rendimentos/Perdas em subsidiárias e empreendimentos conjuntos

RENDIMENTOS/PERDAS EM SUBSIDIÁRIAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	31.12.2021	31.12.2020
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(315.417)	(530.051)
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	1.440.595	852.515
Eliminação de rendimentos relacionados com vendas de ativos fixos tangíveis a sucursais	(18.308)	238.658
Eliminação de gastos relacionados com vendas de ativos fixos tangíveis a sucursais	(888)	(888)
Provisões para perdas em empresas do grupo (Nota 13)	(253.959)	(162.035)
TOTAL	852.023	398.199

10. INVENTÁRIOS

10.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os gastos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, gastos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os gastos de conversão incluem os gastos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão de obra direta. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Empresa valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

10.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários discriminava-se da seguinte forma:

INVENTÁRIOS	31.12.2021	31.12.2020
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	15.080.409	13.666.785
Mercadorias	-	-
Produtos acabados e intermédios	129.375	129.375
Produtos e trabalhos em curso	-	-
	15.209.784	13.796.159
Perdas por imparidade	(932.205)	(873.109)
TOTAL	14.277.579	12.923.051

10.3. Quantia de inventários reconhecida como gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como gasto durante o período foi como se segue:

	MERCADORIAS		MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Inventário inicial	-	9.646	12.793.676	11.326.594
Perdas por imparidade em existências	-	-	(59.096)	-
Compras	-	-	48.307.146	31.552.221
Reclassificação e regularização de inventários	-	-	-	-
Inventário final	-	(9.646)	(14.148.204)	(12.793.676)
GASTO DO PERÍODO	-	-	46.893.522	30.085.139

	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS		PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Inventário inicial	129.375	129.375	-	-
Reclassificação e regularização de inventários	-	-	595.258	-
Inventário final	(129.375)	(129.375)	(595.258)	-
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO	-	-	-	-

10.4. Quantia das perdas por imparidade em inventários reconhecida no resultado do período

O valor das perdas por imparidade reconhecidas no resultado do período foi o seguinte:

PERDAS POR IMPARIDADE EM INVENTÁRIOS	31.12.2021	31.12.2020
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	59.096	-
Produtos acabados e intermédios	-	-
TOTAL	59.096	-

10.5. Movimento durante o período das perdas por imparidade em inventários

	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
Perdas por imparidade acumuladas em 31.12.2020	873.109
Reforço	59.096
Reversão	-
Utilização	-
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2021	932.205

	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
Perdas por imparidade acumuladas em 31.12.2019	873.109
Reforço	-
Reversão	-
Utilização	-
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2020	873.109

11. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

11.1. Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período

O rédito de cada contrato de construção compreende a quantia inicial de rédito acordada bem como variações nos trabalhos, reclamações e pagamentos de incentivos até ao ponto que seja provável que resultem em réditos e estejam em condições de serem fiavelmente mensurados. A 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor dos réditos reconhecidos como rédito do período era como se segue:

OBRA/CONTRATO	RÉDITO DE 2021	RÉDITO DE 2020
Contratos de construção	142.235.424	110.102.975
TOTAL	142.235.424	110.102.975

11.2. Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período

O reconhecimento do rédito do período é efetuado de acordo com o método da percentagem de acabamento. Segundo este método, o rédito é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento. O rédito do contrato é reconhecido como rédito na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Nos casos em que o desfecho dos contratos não possa ser estimado fiavelmente, o rédito é reconhecido até ao ponto em que seja provável que os gastos do contrato incorridos serão recuperáveis.

11.3. Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso

De forma a determinar a fase de acabamento de um contrato, é utilizado o método que mensure com maior fiabilidade o trabalho executado. Dependendo da natureza do contrato, o método utilizado para determinar a fase de acabamento pode variar, como se discrimina:

- A proporção em que os gastos dos contratos incorridos no trabalho executado até à data estejam para os gastos estimados totais do contrato (metodologia mais utilizada);
- Levantamento do trabalho executado;
- Conclusão de uma proporção física do trabalho executado.

11.4. Informação relativa aos contratos de construção em curso

31.12.2021	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTEMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	309.877.141	369.181.301	16.293.605	2.223.263
TOTAL	309.877.141	369.181.301	16.293.605	2.223.263

31.12.2020	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTEMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	349.981.641	436.770.221	27.960.078	1.925.954
TOTAL	349.981.641	436.770.221	27.960.078	1.925.954

12. RÉDITOS

12.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

A. VENDAS - são reconhecidas nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade e quando os gastos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

B. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

C. JUROS - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.

D. DIVIDENDOS - são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista receber o pagamento.

12.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	31.12.2021	31.12.2020
Prestações de serviços	144.821.851	110.964.706
Juros	4.347.502	2.805.942
Dividendos	41.627	127.917
TOTAL	149.210.980	113.898.564

13. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

13.1. Provisões

A Empresa reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÃO	REGULARIZAÇÃO	SALDO FINAL
Garantias a clientes	3.195.648	377.890	(96.021)	-	3.477.517
Processos judiciais em curso	-	231.000	-	-	231.000
Outras provisões	405.837	10.207	(405.837)	-	10.207
	3.601.485	619.097	(501.858)	-	3.718.724
Investimentos financeiros (Nota 9)	7.842.883	414.394	(160.435)	-	8.096.842
TOTAL	11.444.368	1.033.491	(662.293)	-	11.815.566

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÃO	REGULARIZAÇÃO	SALDO FINAL
Garantias a clientes	2.739.626	517.906	(90.076)	28.192	3.195.648
Outras provisões	5.126	406.074	(38.776)	33.413	405.837
	2.744.752	923.980	(128.852)	61.605	3.601.485
Investimentos financeiros (Nota 9)	7.680.848	162.035	-	-	7.842.883
TOTAL	10.425.600	1.086.015	(128.852)	61.605	11.444.368

As provisões para investimentos financeiros referem-se a empresas subsidiárias no âmbito da aplicação do método de equivalência patrimonial, nomeadamente, o Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE, Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A., o Groupement Túnel de Nador, Construção ACE, RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE, RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE e Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.

13.2. Processos em contencioso

Na sequência dos diversos processos ativos em contencioso, decorrentes do negócio, a Empresa está convicta de que o risco de perda destes processos não é provável e o desfecho dos mesmos não afetará de forma material a sua posição financeira, encontrando-se esta mesma convicção corroborada pelo gabinete jurídico interno da Conduril, assim como pelos seus consultores jurídicos.

No que respeita aos processos fiscais, existem processos decorrentes de impugnações judiciais interpostas pela Conduril relativas a liquidações adicionais em sede de IRC (2011, 2012 e 2014) sendo entendimento da Empresa, com base em pareceres dos seus assessores fiscais, que o desfecho se espera favorável, razão pela qual não foram registadas quaisquer provisões nas demonstrações financeiras. Entretanto, a Autoridade Tributária relativamente ao processo de IRC 2014, proferiu uma decisão favorável aos fundamentos da Empresa.

13.3. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, no montante de 115.200.393 euros (em 31 de dezembro de 2020 o montante ascendia a 118.921.974 euros).

As garantias bancárias foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, como garantia de boa execução de obras e financeiras.

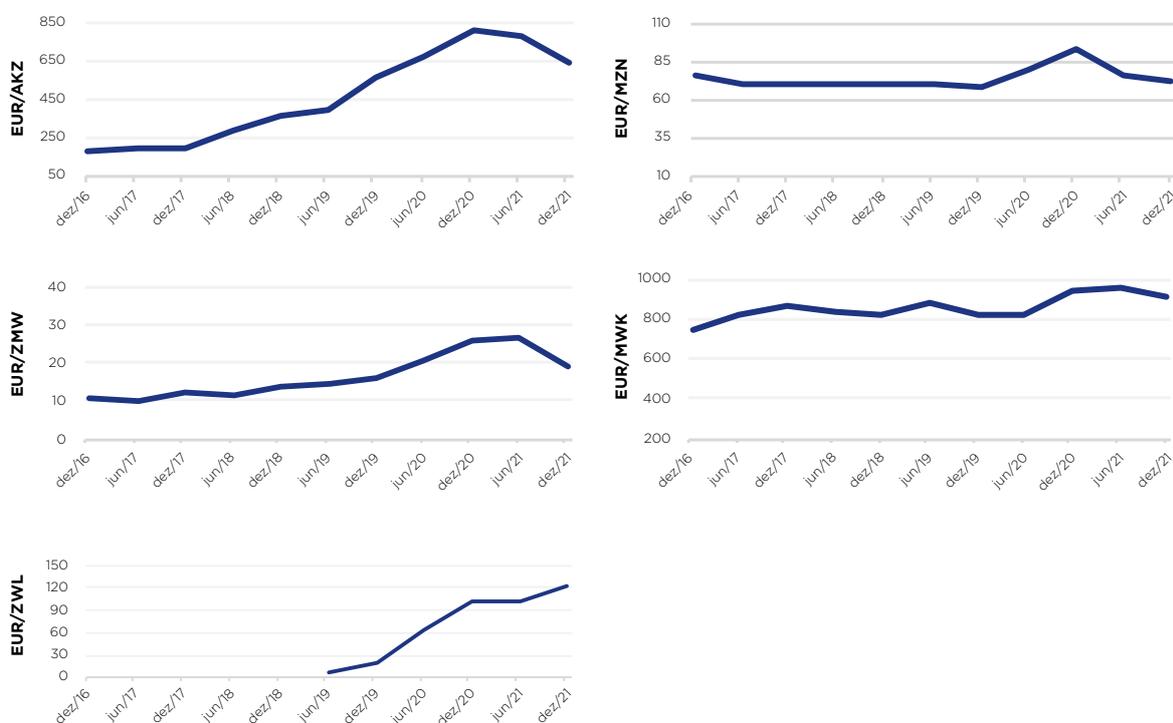
13.4. Gestão de riscos financeiros

A. PRINCÍPIOS GERAIS

Dos vários tipos de risco que uma empresa enfrenta, os riscos financeiros são os que têm impacto mais imediato nos fluxos de caixa e nos seus resultados. A atividade da Conduril encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros tais como risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro, risco de crédito e risco de liquidez. Estes riscos resultam da incerteza subjacente aos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão de risco da Conduril é um processo contínuo e em constante desenvolvimento aplicado à implementação da sua estratégia, procurando minimizar os efeitos adversos decorrentes destas incertezas características dos mercados financeiros.

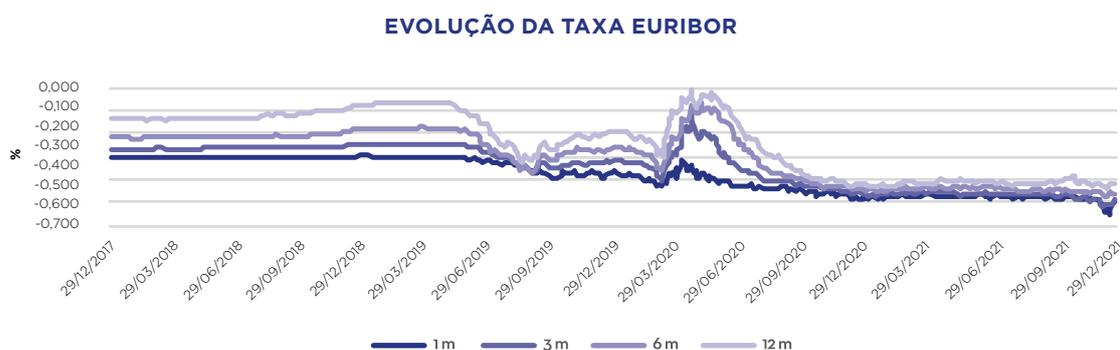
B. RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

Estando a atividade da Conduril maioritariamente localizada em Portugal e África (Angola, Moçambique, Zâmbia, Malawi, Gabão e Zimbabué), encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio das moedas destes países. Para fazer face a este risco, sempre que possível os contratos são efetuados em USD/EUR. A evolução das moedas Kwanza, Metical, Kwacha Zâmbia, Kwacha Malawi e Dólar Zimbabuano face ao euro tem impacto nas demonstrações financeiras e são escassos ou inexistentes os instrumentos financeiros de cobertura para estas moedas.



C. RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante do endividamento indexado a taxas variáveis. Tendo em conta as perspetivas de evolução da taxa de juro, a Conduril tem apenas uma pequena parte do endividamento da Empresa indexado a uma cobertura da taxa de juro, estando permanentemente atenta a este assunto de forma a tomar, atempadamente, as medidas necessárias para reduzir o impacto desta variável nos seus financiamentos.



D. RISCO DE CRÉDITO

A exposição da Conduril ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da atividade operacional: dívidas de vendas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da Empresa. Este risco é monitorizado regularmente, sendo que o objetivo da gestão é:

- i.** avaliação do cliente de acordo com procedimentos internos que obrigam a análises criteriosas das entidades e montantes envolvidos. Para esta avaliação contamos também com o recurso a entidades de informação e perfis de risco de crédito disponíveis no mercado;
- ii.** limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo de recebimento de cada cliente;
- iii.** monitorização da evolução do nível de crédito concedido;
- iv.** realizar a análise de imparidade dos valores a receber numa base regular.

E. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. Instrumento essencial para a gestão do risco de liquidez é o plano de tesouraria global anual elaborado com base nos planos de tesouraria de cada um dos estabelecimentos, planos esses que são atualizados mensalmente. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão de risco na Conduril tem por objetivo:

- Liquidez - garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimentos;
- Segurança - minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira - garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária a curto prazo.

A Conduril tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respetivas maturidades de forma equilibrada.

Por política, gerindo a sua exposição ao risco liquidez, a Conduril assegura a contratação de instrumentos de facilidade de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados às especificidades das suas necessidades, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. É regra da Empresa contratualizar essas facilidades sem qualquer contra garantia.

14. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

14.1. Diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

	31.12.2021	31.12.2020
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
- Outros gastos	3.596.480	1.101.882
TOTAL	3.596.480	1.101.882
Diferenças de câmbio favoráveis		
- Outros rendimentos	6.950.687	12.401.259
TOTAL	6.950.687	12.401.259

14.2. Diferenças de câmbio líquidas classificadas num componente separado do capital próprio

	DIFERENÇAS DE CÂMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo a 31.12.2020	(45.576.714)
Diferença de câmbio desfavorável	(29.593.135)
Diferença de câmbio favorável	43.392.259
SALDO A 31.12.2021	(31.777.590)

15. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

15.1. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data do balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

15.2. Autorização para emissão

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 04 de março de 2022. O Conselho de Administração é da opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

16. MATÉRIAS AMBIENTAIS

16.1. Descrição das bases de mensuração adotadas, bem como dos métodos utilizados no cálculo de ajustamentos de valor

Decorrente da sua atividade, é responsabilidade legal/contratual da Empresa evitar, reduzir ou reparar danos ambientais. Para cumprir com esta obrigação, ao longo do período findo a 31 de dezembro de 2021, a Empresa incorreu em gastos que ascenderam a 250.244 euros (no período homólogo ascenderam a 188.139 euros).

Para mensurar os dispêndios de caráter ambiental, a Empresa reconhece os gastos que efetivamente ocorreram no período.

16.2. Dispêndios de caráter ambiental imputados a resultados

Todos os dispêndios de caráter ambiental devem ser considerados em resultados se foram gastos incorridos no próprio período, ou seja, se não visarem evitar danos futuros ou proporcionar benefícios futuros.

Assim, os dispêndios de caráter ambiental imputados a resultados dizem respeito a atividades passadas ou correntes e ao restauro das condições ambientais no estado em que se encontravam antes da contaminação.

	QUANTIA IMPUTADA A RESULTADOS
Tratamento de resíduos	250.244
TOTAL	250.244

17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

17.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

	31.12.2021	31.12.2020
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	1.501.472	2.762.858
	1.501.472	2.762.858
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com diferenças temporárias	(1.484.107)	(972.177)
	(1.484.107)	(972.177)
GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	17.365	1.790.681

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado diretamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, diretamente ao capital próprio.

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram efetuados débitos/créditos diretamente no capital próprio relacionados com impostos diferidos.

17.2. Relacionamento entre gastos/rendimentos de impostos e lucro contabilístico

RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA DE IMPOSTO	31.12.2021	31.12.2020
Resultado antes de impostos	5.800.047	2.926.812
Gasto com impostos sobre o rendimento	17.365	1.790.681
Taxa efetiva de imposto	0,30%	61,18%
Taxa nominal de imposto (21% em Portugal e 25% em Angola)	1.411.434	1.081.512
AJUSTAMENTOS:		
Taxas diferenciadas de imposto e efeito dupla tributação	736.063	875.886
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(118.300)	(110.356)
Ajustamentos de valores de ativos não dedutíveis	6.857	7.191
Gastos não aceites como custo fiscal	718.102	452.155
Provisões não aceites como gasto	23.848	96.118
Reversão de provisões não tributadas	(142.688)	5.990
Restituição / Insuficiência de impostos	(14.978)	(60.829)
Outros rendimentos não tributados	(1.253.946)	(2.954.393)
Prejuízos fiscais deduzidos no período	(1.354.606)	(232.693)
Prejuízos fiscais gerados no período	401.246	5.058.845
Tributações autónomas	242.977	427.949
Impostos diferidos	(1.484.107)	(1.356.625)
Diferenças de câmbio não tributadas	(629.930)	(1.452.022)
Outros	1.475.393	(48.047)
	(1.394.069)	709.169
GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	17.365	1.790.681

Com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, nos termos artigo 54º-A do Código do IRC, a Empresa optou pela não inclusão do lucro tributável imputável à sucursal de Angola.

17.3. Detalhe dos impostos diferidos

A 31 de dezembro de 2021, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIACÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Gastos não aceites	5.167.297	437.993	3.229.868	(5.605.290)	3.229.868
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	800.123	-	800.123
Outros	-	-	-	-	-
TOTAL	5.167.297	437.993	4.029.991	(5.605.290)	4.029.991

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIACÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Excedentes de revalorização	742.324	-	-	(11.960)	730.364
Rendimento a tributar	4.283.651	92.651	-	(3.146.339)	1.229.963
Depreciações não aceites	285.724	107.124	-	(392.848)	-
TOTAL	5.311.699	199.775	-	(3.551.147)	1.960.327

A 31 de dezembro de 2020, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIACÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Gastos não aceites	88.998	-	5.101.204	(22.905)	5.167.297
Outros	-	-	-	-	-
TOTAL	88.998	-	5.101.204	(22.905)	5.167.297

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIACÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Excedentes de revalorização	896.981	-	-	(154.657)	742.324
Rendimento a tributar	88.998	-	4.194.653	-	4.283.651
Depreciações não aceites	361.268	(141.670)	74.085	(7.959)	285.724
TOTAL	1.347.247	(141.670)	4.268.738	(162.616)	5.311.699

18. ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

18.1. Ativos não correntes detidos para venda

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos não correntes detidos para venda discriminam-se como se segue:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	31.12.2021	31.12.2020
Ativos da SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.		
Participação	-	-
Empréstimo	-	17.408.516
Ativos da Planestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.		
Participação	-	547.581
TOTAL	-	17.956.097

Em julho de 2021, a Conduril celebrou a transação de venda das participações da SPER e da Planestrada, gerando uma mais-valia de 2.444.584 euros (Nota 21.5).

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1. Bases de mensuração

É política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa mensura ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade são mensurados ao justo valor.

A Empresa não inclui os gastos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto a Empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

19.2. Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros com reconhecimento de imparidade:

	31.12.2021		31.12.2020	
	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA
Clientes, c/c	111.427.086	(1.433.772)	93.258.613	-
Clientes, c/garantias	5.538.851	-	4.966.487	-
Clientes de cobrança duvidosa	2.020.659	(2.020.659)	1.983.727	(1.983.727)
TOTAL	118.986.596	(3.454.431)	100.208.827	(1.983.727)

19.3. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Financiamentos obtidos” tinha a seguinte decomposição:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31.12.2021	31.12.2020
Contas caucionadas	7.957.380	6.968.929
Empréstimos bancários	20.400.104	22.606.226
Papel comercial	20.000.000	23.300.000
<i>Factoring</i>	1.369.859	-
Locações financeiras	20.714.512	22.468.844
Descobertos bancários contratados	1.925.752	3.545.777
TOTAL	72.367.607	78.889.776

Adicionalmente, a maturidade em 31 de dezembro de 2021 e 2020 detalha-se como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS 2021	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Contas caucionadas	7.957.380	-
Empréstimos bancários	10.612.963	9.787.141
Papel comercial	-	20.000.000
Locações financeiras	5.793.336	14.921.176
<i>Factoring</i>	1.369.859	-
Descobertos bancários contratados	1.925.752	-
TOTAL	27.659.290	44.708.317

FINANCIAMENTOS OBTIDOS 2020	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Contas caucionadas	6.968.929	-
Empréstimos bancários	1.169.613	21.436.613
Papel comercial	2.800.000	20.500.000
Locações financeiras	7.104.296	15.364.548
<i>Factoring</i>	-	-
Descobertos bancários contratados	3.545.777	-
TOTAL	21.588.615	57.301.161

19.4. Participações financeiras registadas ao custo e outros investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial (Nota 9). Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de financiamentos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe das participações financeiras registadas pelo modelo do custo e de outros investimentos financeiros detalha-se como se segue:

	31.12.2021			31.12.2020		
	PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS		PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	
		CUSTO	IMPARIDADE ACUMULADA		CUSTO	IMPARIDADE ACUMULADA
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	11.412.786	(40.000)	-	11.412.786	(40.000)
Garval	1.682	-	-	1.682	-	-
Lisgarante	1.682	-	-	1.682	-	-
Norgarante	18.877	-	-	18.877	-	-
BAI - Banco Africano Investimento	341.375	-	-	341.375	-	-
Lusitânia Seguros	2.405	-	-	2.405	-	-
Edirio - Construções, S.A.	-	1.212.500	(854.268)	-	712.500	(437.960)
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	-	336.000	(336.000)	-	336.000	(336.000)
Métis Engenharia, Lda.	-	3.049.838	-	-	3.049.838	-
Urano, Lda.	-	1.259.118	-	-	1.259.118	-
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	-	82.000	-	-	82.000	-
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	-	15.354	-	-	12.068	-
Títulos de dívida pública - não corrente	19.880.583	-	-	59.311.609	-	-
Títulos de dívida pública - corrente	45.410.058	-	-	1.805.766	-	-
Outros - FCT	89.443	-	-	58.263	-	-
TOTAL	65.746.105	17.367.596	(1.230.268)	61.541.659	16.864.310	(813.960)
Outros Investimentos Financeiros não correntes		36.473.375			75.786.243	
Outros Investimentos Financeiros correntes		45.410.058			1.805.766	

Os títulos de dívida pública angolana incluem títulos indexados em USD e AKZ e apresentam datas de maturidade em 2022, 2023 e 2024. O pagamento dos juros e o reembolso de capital dos títulos indexadas ao USD são realizados em kwanzas, mas indexado à taxa de câmbio do USD em vigor na data de liquidação.

Os títulos da dívida pública do Estado Angolano foram recebidos como resultado dos acordos de regularização de dívidas.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de 27.281.725 euros dos títulos detidos encontrava-se a colateralizar linhas de financiamentos e de garantias bancárias em Angola, das quais apenas se encontram utilizadas cerca de 30%.

19.5. Total de gastos e rendimentos de juros para ativos e passivos financeiros

Para calcular o custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o período, foi utilizado o método do juro efetivo. De acordo com este método, o total de rendimentos de juros, para os ativos financeiros, e o total de gastos de juros, para os passivos financeiros, discriminam-se como se segue:

A. Rendimentos de juros para ativos financeiros:

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2021	31.12.2020
Depósitos bancários	4.346.564	2.805.829
Outros	938	113
TOTAL	4.347.502	2.805.942

B. Gastos de juros para passivos financeiros:

PASSIVOS FINANCEIROS	31.12.2021	31.12.2020
Financiamentos	2.198.200	2.545.911
Locações financeiras	235.808	94.478
Outros	388	1.567
TOTAL	2.434.396	2.641.956

19.6. Perda por imparidade em ativos financeiros

Para os ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor através de resultados e relativamente aos quais se verificaram indícios de imparidade, a Empresa avaliou as imparidades respetivas. Desta avaliação, a Empresa conseguiu adquirir evidência objetiva de que os ativos financeiros, apresentados no quadro seguinte, apresentam perdas por imparidade no período:

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2021		
	REFORÇO	REVERSÕES	UTILIZAÇÃO
Clientes	1.433.772	-	36.815
Outros créditos a receber	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-
TOTAL	1.433.772	-	36.815

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2020		
	REFORÇO	REVERSÕES	UTILIZAÇÃO
Clientes	-	-	(61.788)
Outros créditos a receber	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-
TOTAL	-	-	(61.788)

19.7. Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2021, a Empresa detinha um capital social de 10.000.000 euros, totalmente subscrito e realizado.

19.8. Ações representativas do capital social

A 31 de dezembro de 2021, o capital social era composto por 2.000.000 ações, ao valor nominal de 5 euros por ação.

20. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

20.1. Benefícios pós-emprego

A 31 de dezembro de 2021, existiam 122 funcionários a usufruir de benefícios pós-emprego relativamente a planos de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2021, as operações referentes ao período resumem-se como se segue:

GASTOS COM PENSÕES	31.12.2021	31.12.2020
Custo dos serviços correntes	442.116	397.587
Custo juros	310.142	289.115
Rendimentos e perdas atuariais	-	-
Rendimento líquido do fundo, deduzido do juro líquido	(242.375)	-
Outras variações	100.830	-
TOTAL	610.713	686.702

Em 31 de dezembro de 2021, estamos perante um défice do montante de responsabilidades passadas relativamente ao montante do fundo existente no valor de 5.645.089 euros. O aumento das responsabilidades está associado ao impacto da alteração de alguns dos pressupostos, nomeadamente, taxa de juro e taxa de crescimento salarial. Este montante encontra-se registado na rubrica “Credores por acréscimo de gastos”. As responsabilidades com ativos no cenário de solvência encontram-se totalmente financiadas.

No que respeita aos montantes acumulados dos ganhos e perdas atuariais, os mesmos encontram-se registados na rubrica de capital próprio, “Ajustamentos/Outras variações de capital próprio”, no montante de 5.608.562 euros (2020: 3.113.050 euros).

Pressupostos utilizados no estudo atuarial de 2021 e 2020:

	PRESSUPOSTOS 2021	PRESSUPOSTOS 2020
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	Swiss Re 2001	Swiss Re 2001
Idade normal de reforma	66-70 anos	66-70 anos
Número de pensões no ano	13	13
Taxa de rendimento anual dos ativos	1,24%	curva swap a 31/12/2020 acrescida de 2,25% p.p.
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Participantes	366	337
Beneficiários	122	123

20.2. Benefícios caráter social

A 31 de dezembro de 2021, os gastos relacionados com atividade da Conduril Academy (centro credenciado pelos organismos que tutelam a formação profissional nos países onde atua) que são financiados na sua totalidade pela Conduril resumem-se como se segue:

GASTOS COM PROGRAMAS DEFINIDOS CONDURIL ACADEMY	31.12.2021
PAAE (Programa Alfabetização e Aceleração Escolar) e Bolsas Estudo	140.762
Formação Técnico Profissional, Humana e Cultural	26.393
Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais	8.798
TOTAL	175.953

GASTOS COM PROGRAMAS DEFINIDOS CONDURIL ACADEMY	31.12.2020
PAAE (Programa Alfabetização e Aceleração Escolar)	53.232
Bolsas de Estudo para Ensino Superior Conduril	182.507
Formação Técnico Profissional	45.626
Formação Humana e Cultural	15.209
Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais	7.604
TOTAL	304.178

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

21.1. Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro 2021 e 2020 é o seguinte:

ATIVO	31.12.2021	31.12.2020
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	282
Imposto sobre o Valor Acrescentado	13.238.719	10.459.981
Contribuições para a Segurança Social	-	1.524
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	4.872.154	3.328.801
Outras tributações	1.819.616	2.152.043
TOTAL	19.930.489	15.942.631

PASSIVO	31.12.2021	31.12.2020
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	649.892	568.363
Imposto sobre o Valor Acrescentado	10.604.091	6.572.045
Contribuições para a Segurança Social	803.946	734.199
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	1.343.554	5.557.065
Outras tributações	210.783	256.047
TOTAL	13.612.266	13.687.719

21.2. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços em 31 de dezembro de 2021 e 2020 distribuíram-se da seguinte forma:

	31.12.2021	31.12.2020
Mercado interno	95.456.899	60.616.462
Mercado externo	49.364.952	50.348.244
TOTAL	144.821.851	110.964.706

21.3. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Subcontratos	26.992.440	36.970.325
Serviços especializados	11.610.853	8.985.355
Materiais	611.780	604.392
Energia e fluidos	1.336.134	1.496.100
Deslocações, estadas e transportes	4.881.922	3.422.542
Rendas e alugueres	3.916.025	3.528.958
Comunicação	249.878	262.464
Seguros	1.138.009	1.042.655
Contencioso e notariado	52.801	39.879
Despesas de representação	1.741	7.626
Limpeza, higiene e conforto	338.348	259.529
Outros serviços	1.066.211	956.689
TOTAL	52.196.142	57.576.514

21.4. Gastos com pessoal

A rubrica “Gastos com pessoal” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Remunerações dos órgãos sociais	1.137.549	1.134.030
Remunerações do pessoal	31.187.211	25.605.538
Benefícios pós-emprego (Nota 20.1)	610.713	686.702
Indemnizações	70.313	18.202
Encargos sobre remunerações	4.783.906	3.582.640
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	979.697	1.009.941
Gastos de ação social	1.873.316	1.674.937
Outros	761.420	671.563
TOTAL	41.404.125	34.383.553

21.5. Outros rendimentos

A rubrica “Outros rendimentos” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Rendimentos suplementares	3.526.965	6.575.066
Descontos de pronto pagamento obtidos	20.044	57.514
Diferenças de câmbio favoráveis	6.950.687	12.401.259
Ganhos em inventários	36.521	21
Rendimentos nos restantes investimentos financeiros	2.444.584	-
Rendimentos em investimentos não financeiros	272.935	859.675
Juros obtidos	4.347.502	2.805.942
Dividendos obtidos	41.627	127.917
Correções relativas a períodos anteriores	51.318	340.638
Benefícios contratuais	445.323	1.874
Outros	1.149.656	954.671
TOTAL	19.287.162	24.124.577

21.6. Outros gastos

A rubrica “Outros gastos” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Impostos	1.349.963	1.693.010
Descontos de pronto pagamento concedidos	2.153	30
Dívidas incobráveis	828	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	3.596.480	1.101.882
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	120.272	91.843
Multas e penalidades	212.212	212.134
Correções relativas a períodos anteriores	2.875.425	359.082
Outros	101.294	64.190
TOTAL	8.258.627	3.522.171

21.7. Demonstração dos resultados financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	31.12.2021	31.12.2020
Juros suportados	2.434.008	2.640.389
Outros gastos e perdas de financiamento	893.458	618.240
TOTAL	3.327.466	3.258.629

21.8. Diferimentos

Os diferimentos ativos e passivos têm a seguinte composição:

DIFERIMENTOS ATIVOS	31.12.2021	31.12.2020
Gastos a reconhecer - seguros	608.972	666.574
Outros diferimentos	86.674	44.474
TOTAL	695.646	711.048

DIFERIMENTOS PASSIVOS	31.12.2021	31.12.2020
Rendimentos a reconhecer - NCRF 19	1.154.145	1.274.661
Rendimentos a reconhecer - lucros operações internas	144.342	285.580
TOTAL	1.298.487	1.560.241

21.9. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

A rubrica “Outros créditos a receber” em 31 de dezembro de 2021 e 2020 tem a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores saldos devedores	478.534	829.910
Adiantamentos a fornecedores	794.744	3.084.223
Devedores diversos - partes relacionadas	14.907.336	17.689.645
Devedores por acréscimos de rendimentos	14.278.546	31.043.424
Adiantamentos por conta de vendas	49.751	173.690
Pessoal	49.007	35.905
Devedores diversos	7.767.480	7.639.137
TOTAL	38.325.398	60.495.934

O montante relativo a “Devedores por acréscimos de rendimentos” está relacionado, essencialmente, com a aplicação do método da percentagem de acabamento, de acordo com a NCRF 19 – “Contratos de construção”.

A rubrica “Outras dívidas a pagar” em 31 de dezembro de 2021 e 2020 tem a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Cientes saldos credores	35.099	38.105
Pessoal	1.718.481	1.461.332
Fornecedores de investimentos	530.005	1.385.117
Credores por acréscimos de gastos - remunerações	2.178.518	1.797.788
Credores por acréscimos de gastos - outros	6.363.447	3.607.792
Credores diversos - partes relacionadas	2.983.656	694.050
Credores diversos	1.257.298	2.171.950
TOTAL	15.066.504	11.156.134

21.10. Proposta de aplicação dos resultados

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, no prosseguimento da política de justa remuneração do capital investido e do reforço da sua solvabilidade, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do período no valor de 5.782.682 euros tenha a seguinte distribuição:

- Dividendos: 1.800.000 euros, que correspondem a 1,00 euro por ação;
- Outras reservas: 3.982.682 euros.

22. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-lei n.º 534/80, de 07 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos estipulados por lei.

Divulgações adicionais para as entidades a que se referem a alínea h) do n.º 1 do artigo 2.º e o n.º 4 do artigo 9.º, ambos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de junho:

22.1. Volume de negócios líquido discriminado por mercados geográficos

	31.12.2021	31.12.2020
Portugal	97.955.784	61.195.131
Angola	22.656.981	21.491.267
Moçambique	7.478.129	7.769.929
Zâmbia	3.351.332	7.941.134
Malawi	11.964.151	10.464.089
Gabão	1.415.474	2.103.156
TOTAL	144.821.851	110.964.706

22.2. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas em 2021, ascenderam a 26.250 euros (2020: 27.500 euros).

A Administração,

O Contabilista Certificado,





04

**Relatório e Parecer
do Conselho Fiscal**

04

CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2021

Exmos. Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na lei, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório e dar parecer sobre o relatório de gestão, balanço, contas e proposta de aplicação de resultados, que lhe foram apresentados pelo Conselho de Administração da Conduril - Engenharia, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

RELATÓRIO

O Conselho reuniu regularmente e, no desempenho das suas funções, acompanhou a atividade social e a evolução dos negócios da Conduril - Engenharia, S.A., vigiou e zelou pela observação da lei e dos estatutos, e inteirou-se dos atos praticados pelo Conselho de Administração, o qual sempre prestou os esclarecimentos que lhe foram solicitados.

Também no desempenho das suas funções, o Conselho procedeu a uma atenta análise do relatório de gestão apresentado pelo Conselho de Administração, do balanço, da demonstração de resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e do respetivo anexo com as suas notas explicativas, documentos esses que considera estarem em boa ordem e que espelham bem a atividade desenvolvida e a situação patrimonial.

No âmbito da sua competência, o Conselho foi informado dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano pela sociedade de revisores oficiais de contas, obteve desta as informações e os esclarecimentos, prestados pela sua representante, necessários à fiscalização da revisão de contas aos documentos de prestação de contas, tomou conhecimento do respetivo relatório com conclusões e recomendações de auditoria enviado ao Conselho de Administração, e procedeu à análise da certificação legal das contas, cujo teor merece a sua concordância.

Ainda no âmbito da sua competência, o Conselho expressa a sua concordância relativamente às políticas contabilísticas e aos critérios valorimétricos utilizados.

Em resultado do exposto, o Conselho considera que o relatório de gestão, balanço, demonstração de resultados, fluxos de caixa e alterações no capital próprio, permitem, no seu conjunto, o correto entendimento da situação financeira da Conduril - Engenharia, S.A., em 31 de dezembro de 2021, e dos resultados do exercício findo nessa data, e, finalmente, considera também que as disposições legais e estatutárias foram respeitadas.

A concluir, o Conselho acompanha o Conselho de Administração no agradecimento aos Colaboradores pelo seu empenho e dedicação.

Assim, o Conselho Fiscal é de

PARECER

1. que sejam aprovados o relatório de gestão, o balanço, as contas e os respetivos anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021,
2. que seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados constante do relatório de gestão, nos termos apresentados pelo Conselho de Administração.

Ermesinde, 24 de março de 2022

O CONSELHO FISCAL

Júlio Gales Ferreira Pinto

Deolinda Paula Baptista Nunes

Jorge Manuel Silva Tavares





05

**Certificação
Legal das Contas**

05

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Conduril - Engenharia, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 382.189.454 euros e um total de capital próprio de 195.296.491 euros, incluindo um resultado líquido de 5.782.682 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Conduril - Engenharia, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 24 de março de 2022

Horwath & Associados, SROC, Lda.
Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro, ROC
Registo na OROC n.º 1126
Registo na CMVM n.º 20160738



CONDURIL - ENGENHARIA, S.A.

Avenida Eng.º Duarte Pacheco, n.º 1835
4445-416 Ermesinde - Portugal
T. +351 229 773 920
geral@conduril.pt

CONDURIL ANGOLA

Rua 2 IL (ao Largo do Ambiente)
Município de Ingombota - Luanda - Angola
T. +244 929 637 913/9
expgeralluanda@conduril.pt

CONDURIL MOÇAMBIQUE

Estrada Nacional n.º 4, Tchumene 2,
Parcela 3380/12 - Matola - Moçambique
T. +258 203 004 71
delegacao@conduril.co.mz

CONDURIL ZÂMBIA

Plot 3817 Martin Mwamba Road
PO Box 473 P/Bag E891 Manda Hill
Lusaka - Zambia
T. +260 211 291 441
zambia@conduril.pt

CONDURIL MALAWI

Plot BC 922 House 5, Area Mandala
PO Box 907
Blantyre - Malawi
T. +265 994 956 884
malawi@conduril.pt

